



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade de abertura do 37º Congresso Nacional de Supermercados**

Riocentro – Rio de Janeiro-RJ, 15 de setembro de 2003

Eu quero começar cumprimentando a governadora do estado do Rio de Janeiro, nossa querida companheira Rosinha Garotinho,

Quero cumprimentar o presidente da Associação Brasileira de Supermercados, o companheiro João Carlos de Oliveira,

Quero cumprimentar os ministros que estão visitando esta exposição comigo: o ministro Furlan; o ministro Cristovam Buarque, da Educação; o ministro Jaques Wagner, do Trabalho; o ministro Miro Teixeira, das Comunicações; o ministro do Combate à Fome, Graziano; o secretário especial da Pesca, o companheiro Fritsch,

O amigo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o companheiro César Maia,

O presidente do Sebrae, Silvano Gianni,

O presidente do SIAL França, Perter Hazeizet,

O presidente da SIAL Mercosul, Alberto Alvarez Gaiame,

O presidente do Conselho Consultivo da ABRAS, José Humberto Pires de Araújo,

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e também da Associação Paulista de Supermercados, Sussumu Honda,

Todos os senhores e as senhoras ligados aos supermercados e participantes deste evento.

Antes de ler o meu pronunciamento eu quero dizer algumas coisas com relação ao que foi dito aqui. Quando nós nos propusemos a fazer a reforma tributária e a reforma da Previdência Social, nós tínhamos alguns objetivos.



Todo mundo sabe que a reforma da Previdência Social era uma coisa muito mais de interesse dos estados brasileiros do que do próprio governo federal. Mas era necessário e urgente que ela fosse feita, porque senão muitos estados não teriam sequer como continuar pagando os benefícios ao funcionalismo público.

E a reforma tributária só tem sentido se for para desonerar a produção e as exportações. E é importante lembrar que nós tivemos o cuidado político de não mandar uma reforma previdenciária e nem tributária do governo federal. Nós fizemos uma articulação com os 27 governadores de Estado e a proposta foi assinada por todos. Obviamente não imaginávamos que, a partir da assinatura da proposta, nós resolvêssemos todos os problemas. A política tributária está no Congresso Nacional. O ideal seria que tivéssemos dado entrada nas duas, concomitantemente, uma no Senado e outra na Câmara. Não foi possível por não ter havido um acordo político.

Vejam, algumas pessoas tentam falar que a política tributária vai aumentar a carga de impostos neste país. Ora, seria, primeiro, uma insanidade de qualquer pessoa que fez uma campanha criticando o aumento da carga tributária de 25% para 36%, propor aumento. Depois, seria uma insanidade os 27 governadores concordarem com o aumento da carga tributária.

O que nós fizemos, na verdade, foi fazer com que acabassem 27 leis de ICMS e passássemos a ter uma só. Em vez de 44, passamos a ter 5 alíquotas. E eu não acho que nenhum governador será audacioso de tentar aumentar as alíquotas quando a história demonstra que a tendência natural é os governadores tentarem fazer com que mais empresas venham para os seus estados.

Eu estou convencido de que nós estamos aprovando uma política tributária no Congresso Nacional que vai ajudar, e muito, o crescimento da economia brasileira e vai fazer justiça fiscal neste país; vai fazer com que aqueles que podem mais paguem mais e aqueles que podem menos paguem



menos, sobretudo para transformar o nosso país num país mais competitivo, do ponto de vista das suas relações internacionais. Isso está em negociação no Senado.

Eu disse, outro dia, que o governo federal não é dono da verdade, nós agora estamos numa fase importante de votação. No Senado nós temos pelo menos 22 governadores e temos quase nove, acho que nove ex-ministros; portanto, são pessoas das mais experimentadas em política tributária. Ali, poderão fazer todas as correções que se fizerem necessárias, para que a gente tenha uma proposta tributária justa para o nosso país, inclusive com a desoneração da cesta básica, para garantir que as pessoas tenham acesso ao alimento um pouco mais barato.

Eu quero dizer a todos vocês que o momento de contribuir é este, na medida em que a reforma está vivendo um momento auspicioso de debate. É o momento de as pessoas começarem a dizer, efetivamente, qual é o modelo de política tributária que nós queremos para o país.

Uma coisa importante, que vocês têm que levar em conta, é que a política tributária é discutida no Brasil desde que eu me conheço por gente. Ela nunca foi mandada para o Congresso Nacional porque cada setor da sociedade defende a sua, e se não houver alguém que organize a vontade dos outros setores para tentar criar um denominador comum, nunca teremos política tributária.

O César Maia é economista e sabe que os secretários da Fazenda se reúnem no Confaz e, se depender do interesse de cada estado, não haverá reforma tributária no país, nunca. Foi por isso que eu fiz questão de convidar os governadores em separado dos secretários da Fazenda porque, primeiro, era preciso ter uma decisão política para depois, então, discutir as questões técnicas da reforma tributária.

Eu acho que nós vamos ter uma reforma tributária que vai fazer justiça social, como nós vamos ter uma política previdenciária que vai permitir que os



estados brasileiros continuem pagando os seus trabalhadores.

Por outro lado, eu quero ressaltar, neste encontro extraordinário de supermercados, que nós tomamos uma decisão importante quando tomamos posse, que era, em primeiro lugar, tentar recuperar a capacidade de articulação política entre os países que compõem a América do Sul.

Falava-se muito, até então, na integração da América do Sul, mas nós estávamos habituados e muito voltados para a União Européia e para os Estados Unidos. Se bem que queremos continuar tendo as melhores relações possíveis com a União Européia e com os Estados Unidos, porque eu acredito que são, individualmente, os maiores parceiros de todos os países que estão aqui representados, pelo menos os da América do Sul. E nós queremos aprimorar essa relação.

Entretanto, era preciso fortalecer aquilo que está próximo de nós. Primeiro, era preciso recuperar o prestígio do Mercosul e eu acho que estamos conseguindo isso a passos largos. Segundo, era preciso trazer outros países da América do Sul para compor o Mercosul. Já tivemos um ganho extraordinário com a entrada do Peru e esperamos que, até o final do ano, a gente possa trazer a Venezuela e a Colômbia; a Venezuela e o Equador já estão muito próximos e aí, sim, nós vamos ter uma integração melhor com a América do Sul.

Mas essa integração está ligada a um modelo de desenvolvimento que nós estamos pensando para o Continente, porque muito se falou em integração, mas era um discurso apenas. A integração física precisa acontecer para que a gente tenha uma integração comercial, cultural e política. Essa integração pressupõe pontes, pressupõe estradas, pressupõe ferrovias, pressupõe hidrovias, pressupõe vôo direto das capitais da América do Sul para os países da América do Sul. Hoje, por exemplo, se alguém, de algum país da América do Sul, quiser vir ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, muitas vezes terá que ir a Miami para poder vir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro e, se é um



homem de negócios, já faz negócio lá, não vai vir fazer negócio aqui. Então nós precisamos cuidar dessa integração física.

Por isso foi feito, aqui, no Rio de Janeiro, um seminário extremamente importante entre o BNDES e a CAF, que é a instituição financeira da Comunidade Andina, para elaborar os 24 projetos mais importantes de integração física e de infra-estrutura entre os países da América do Sul.

Nós vamos fazer uma reunião, parece-me que em outubro, entre os Presidentes dos países da América do Sul, para que a gente possa definir quais os projetos que vamos priorizar, quais os que nós poderemos fazer em parceria, quais os que o BNDES ou a CAF podem financiar, ou quais aqueles que teremos que viajar o mundo procurando dinheiro para financiar essa integração física, para dar densidade econômica à América do Sul.

Um outro dado importante, e eu queria que vocês, que são homens de negócios, prestassem atenção: o que aconteceu esta semana em Cancún é uma novidade extraordinária na nossa relação com o chamado “mundo desenvolvido”, qual seja, o papel exercido pelo ministro Furlan, pelo ministro Celso Amorim e pelo ministro Roberto Rodrigues na coordenação, junto com os outros países da América do Sul, mais China, Índia, Nigéria, África do Sul, Argélia. Nós criamos o grupo dos 21, o chamado grupo dos países em desenvolvimento, para fazer uma luta política e comercial com os chamados “blocos desenvolvidos”, sobretudo Estados Unidos e União Européia. E eu acho que nós obtivemos um tento excepcional, porque não conseguimos aprovar o que queríamos, mas, também, não foi permitido aprovar o que a União Européia e os Estados Unidos queriam, que era consolidar a política de subsídio deles.

Vejam que nós, em nenhum momento, estamos pedindo qualquer benefício de privilégio ou qualquer favor. O que nós estamos pedindo é que os países em desenvolvimento façam uma política de comércio exterior em que sejamos tratados com igualdade. Nós queremos apenas a oportunidade de



competir livremente. É apenas isso que estamos querendo. E vamos, agora, para a OMC fazer o restante da briga que queremos fazer. Quem sabe não sejamos mais apenas 21, quem sabe passemos a ser 24, 25, 26, 30 e, quem sabe, tenhamos uma força política capaz de fazer com que sejamos ouvidos pelos países que têm hoje um poder econômico e um poder de comércio maior do que os países em desenvolvimento.

E isso está ligado a uma política de comércio exterior mais arrojada. Nós, em oito meses, já fizemos reuniões de trabalho com todos os Presidentes dos países de América do Sul. No dia 3 de novembro embarcaremos para a África e vamos estabelecer uma nova relação com os países africanos; vamos ver o que interessa ao Brasil na África e o que interessa à África no Brasil. Hoje, o homem de negócios de um país africano, para vir ao Brasil tem que ir a Paris. Se ele vai a Paris, já faz negócio em Paris, por que vai vir ao Brasil? Então, cabe a nós, que somos um país com maior potencial populacional, tecnológico e econômico, tomar a iniciativa de abrirmos os caminhos para que os negócios possam florescer muito melhor entre a América do Sul e os países africanos.

E, em dezembro, estaremos abrindo uma nova trincheira, vamos fazer uma viagem para os países árabes. Vamos visitar o Líbano, a Síria, os Emirados Árabes, a Arábia Saudita, o Egito, a Líbia, com o objetivo de, em maio, realizarmos, aqui ou em outro país da América do Sul, uma reunião entre os países árabes e os países da América do Sul, para que a gente possa aproximar os homens de negócios; para que a gente possa aproximar, do ponto de vista político e cultural, um continente que tem uma gama extraordinária de dinheiro investido em outros países. E uma parte desse dinheiro poderia muito bem vir para a América do Sul para que a gente possa ter mais possibilidade de fazer negócios com o mundo árabe.

Isso eu acho que é uma novidade na nossa política externa, ou seja, nós não estamos esperando que as pessoas nos descubram, nós precisamos ter



ousadia e descobrir esses mercados que estão aí, à nossa disposição. Muitas vezes nós deixamos essa gente que está próxima de nós e que poderia se aproximar muito mais, para ficarmos apenas brigando com o chamado bloco dos países desenvolvidos, que, por serem desenvolvidos, já têm políticas mais que definidas e são muito duros na queda, são muito duros na negociação.

Nós precisamos abrir todas as possibilidades que existem para os países da América do Sul, porque achamos que este é o século em que a América do Sul deixará de ser simbolizada no mundo como uma parte da pobreza. Nós temos condições de dar um salto de qualidade e eu queria só pedir para vocês uma coisa: não esperem que o governo possa fazer tudo porque vocês podem fazer muito se assumirem a responsabilidade e a ousadia de procurar novos espaços para os nossos produtos. Isso vale para o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e para quem quiser.

O dado concreto é que nós resolvemos deixar de ser tratados como pequenos, até porque eu aprendi, na minha vida, que ninguém respeita quem vai negociar de cabeça baixa, ninguém respeita quem vai negociar de forma subalterna. Não é preciso andar com o pescoço empinado, com prepotência, mas de cabeça erguida, defendendo os nossos interesses. Nós poderemos crescer e abrir espaços extraordinários para nós e os nossos comerciantes podem ficar certos os nossos comerciantes que nós seremos parceiros nisso.

Quando eu tomei posse, disse que tinha três setores no meu governo que eu iria cuidar da forma mais profissional possível: a área da indústria e comércio exterior, a área da agricultura e o Ministério das Relações Exteriores. Acho que, nessas três áreas, nós estamos fazendo aquilo que poderia ter sido feito há muito tempo.

A primeira coisa que eu disse ao meu ministro Celso Amorim: “ninguém respeita quem tira o sapato no aeroporto.” Então, por favor, um ministro de Estado não pode tirar o sapato em nenhum país do mundo, por conta das



investigações aduaneiras. Se tirar o sapato, já perdeu 50% do seu valor moral e ético.

Eu acho que é isso que vai dar ao Brasil condições de ser tratado com respeito e nós achamos que respeito é bom, nós gostamos, queremos respeitar todo mundo, mas queremos ser respeitados nas nossas relações. Não aceitamos a idéia de sermos tratados como seres humanos de um país em que as pessoas são inferiores e é isso que está norteando a nossa política. Esse é o papel do Furlan, esse é o papel do Roberto Rodrigues, esse é o papel do Celso Amorim, esse é o papel de todos que têm relações com o outro mundo, porque o jogo é duro e nós sabemos que fraqueza não permite que a gente ganhe esse jogo.

Vocês podem ficar certos de que têm um parceiro enorme nessa briga. Não queremos vencer, queremos apenas equilibrar o jogo, porque temos condições de competir. Eu queria dar este recado para que vocês fiquem tanto ou mais animados do que eu estou. Não há espaço para choradeira. Há espaço para a gente reclamar e tentar ver o que precisa ser feito, mas eu acho que acabou o tempo da choradeira. Este país é assim: prefeito joga culpa no governador, que joga a culpa no Presidente, que joga a culpa no FMI, que joga a culpa no Papa e que volta para o povo. Ou seja, cada um de nós tem que assumir a sua responsabilidade. O dado concreto é que nós temos uma dívida histórica com este país, que remonta a séculos, e nós temos a incumbência de começar a resolvê-la agora.

É este o desafio que está colocado e é por isso que eu quero parabenizar a Entidade pela extraordinária parceria que está fazendo no campo da alfabetização, no campo do combate à fome, numa demonstração de que, se todo mundo assumir o pedacinho de responsabilidade que tem, vai ficar mais fácil para todos. E todos nós vamos ganhar. Podem ficar certos disso.

Por isso, eu quero parabenizar, mais uma vez, a entidade coordenadora deste Congresso, a Associação Brasileira de Supermercados, com a certeza



de que o Cristovam e o Graziano arrumaram uma parceria extraordinária para ajudar a combater dois males crônicos deste país: o analfabetismo e a miséria.

A sabedoria de um povo pode ser medida pela capacidade de transformar obstáculos em oportunidades e impasses em solidariedade ativa. A fome, nesse sentido, é um teste-limite. Dentro dela cabem todos os desafios extremos que podem se abater sobre uma sociedade. E não foram poucos os povos que sucumbiram diante dessa provação. Mas nós sabemos também que emergiram mais fortes as nações que souberam reunir forças para vencer a fome. Esse caráter de urgência, ao mesmo tempo pedagógico e transformador, foi o que nos levou a tornar o combate à fome um compromisso prioritário, uma agenda de convocação nacional, fixada logo no primeiro dia do meu mandato.

Fomos eleitos para mudar o Brasil. Temos consciência, porém, de que nenhum Presidente da República, nenhum governo democrático pode transformar um país sozinho. Para superar nossas iniquidades é preciso acionar a mais poderosa parceira da história: a vontade humana de reinventar o futuro.

O combate à fome revela o quanto existe dessa determinação na sociedade brasileira. Felizmente, a adesão ao programa Fome Zero mostrou que essa vontade é muito maior do que qualquer um de nós pensava. Iniciativas como a da Associação Brasileira de Supermercados, a ABRAS, ao lado de tantas outras entidades, empresas e indivíduos que atenderam a esse chamado, confirmam essa mobilização.

Ao colocar sua infra-estrutura de 70 mil pontos de vendas à disposição da política social do governo, a ABRAS sinaliza o que muita gente não entendeu no início: que o mais importante, no combate à fome, não é separar iniciativas emergenciais daquelas que atacam as causas do problema, ambas são prioritárias, e por uma razão elementar: amanhã, os famintos de hoje simplesmente estarão mortos pela fome.

Nessa batalha, a urgência do presente é um requisito para o futuro. O



essencial, portanto, é multiplicar compromissos duradouros em todas as esferas da sociedade. É construir essa vontade nacional, que empresta à luta contra a fome e a miséria uma legitimidade ativa e mobilizadora, e fazer dela uma peça indissociável da engrenagem de funcionamento da economia e da sociedade. E porque está sendo assim é que está dando certo.

Tenho certeza de que o Fome Zero iluminou um porão da nossa história. Creio que, hoje, ninguém mais se recusa a admitir que a urgência número um deste país é de natureza moral, ética e política. Nós temos os recursos para acabar com a fome. O Brasil é o maior exportador de soja do mundo. Batemos os Estados Unidos este ano. O Brasil é o maior exportador de carne do mundo. Batemos a Austrália este ano. O Brasil tem terra e competência para alimentar o seu povo e também outros povos se o protecionismo irracional for superado.

Nós não aceitamos a fome com um dado da natureza. A origem e o desfecho desse drama tem um só autor: nós mesmos. É por isso que essa nossa luta tem implicações práticas nas prioridades do nosso desenvolvimento, na vida das pessoas, na atuação das empresas.

Estamos promovendo uma revolução pacífica contra a força bruta do egoísmo social e da injustiça econômica. Muitos já arregaçaram as mangas e vieram reforçar as trincheiras abertas pelo governo e por entidades que apóiam o Fome Zero. No próprio setor público há exemplos encorajadores de como ir além do simples assistencialismo.

A Petrobrás demonstrou isso recentemente, ao introduzir critérios pedagógicos no relacionamento com seus fornecedores. Até aqui seus processos de licitação incluíam somente critérios econômicos, técnicos e ambientais. Agora, o fabricante que quiser vender à maior companhia brasileira será estimulado a incorporar à excelência indicadores de desempenho social da empresa no combate à fome e à exclusão. É a pedagogia da fome aplicada no mundo dos negócios. Não como um efeito ornamental ou publicitário, mas como um indicador de desempenho tão sério quanto as metas de produção de



vendas ou de custos.

A Petrobrás tem dois mil fornecedores. Imaginem se as grandes redes de supermercados que trabalham com mais de 150 mil itens tiverem o mesmo comportamento pedagógico, ou as indústrias que abastecem suas lojas.

O governo federal está fazendo a sua parte e tem certeza de que a sociedade fará a dela. O Fome Zero já chegou a 850 municípios mais pobres do país, beneficiando 780 mil famílias. Em dezembro teremos incorporado um milhão e meio de famílias do Norte e Nordeste brasileiro. Vamos ultrapassar as metas deste ano, e isso não é mais do que obrigação.

A dívida deste país com a grande maioria do nosso povo é tão grande que, por mais que façamos, só nos cabe fazer ainda mais. Estamos atacando a fome em várias frentes. Criamos mecanismos para incentivar a agricultura familiar e iniciamos uma revolução no microcrédito para estender, a milhares de brasileiros, o direito de ter conta bancária e financiamento. A Caixa Econômica Federal está abrindo 150 mil contas populares por mês.

E aqui eu quero fazer um parêntese: possivelmente, todos nós aqui, que temos conta em banco, não tenhamos noção da importância de uma pessoa ter a primeira chance de abrir a sua primeira conta no banco. Eu fiquei emocionado quando fui participar da festa de abertura da conta 500 mil do “Caixa Aqui”. A gente imaginava, até dezembro, chegar a 500 mil contas abertas na Caixa. Chegamos a isso em três meses. E agora, estamos achando que, em dezembro, chegaremos a um milhão. Da mesma forma, nós já colocamos à disposição, em crédito para pessoas físicas, praticamente quatro bilhões de reais.

E vamos agora instituir, com as centrais sindicais, uma linha de financiamento a juros mais baratos, para que essas pessoas possam ter a sua folha de pagamento como garantia de que quem emprestar o dinheiro vai receber. E vamos fazer isso agora com todos os aposentados brasileiros, e as pessoas poderão tomar emprestado até dois salários a juros de 2% ao mês,



para que possam ter acesso a um financiamento mais barato do que elas têm, hoje, numa financeira qualquer.

Estamos fazendo isso para garantir que as pessoas possam ter um grande poder de consumo de massa. O Furlan, esta semana, talvez assine o acordo de uma política de financiamento para a chamada “cadeia de geladeiras e de fogões”, para que a gente possa agilizar o comércio nessa indústria, que está tendo um problema muito sério. Ou seja, nós vamos tentar fazer com que todo e qualquer dinheiro disponível, que possa financiar o consumo de massa, a começar pelo alimento, possa ser colocado à disposição daqueles que precisam do dinheiro, que é a parte mais humilde da população.

Nós sabemos que isso não resolve tudo, porque o que vai resolver tudo é, definitivamente, a economia voltar a crescer e a gente gerar os empregos e a distribuição de renda que precisam ser gerados. Mas, enquanto isso não vem, nós não podemos ficar parados esperando apenas a economia crescer. Porque mesmo que ela cresça a 5%, ainda assim vai demorar muito tempo para a gente atingir a plenitude das pessoas que precisam de emprego e das pessoas que estão desempregadas. Portanto, nós vamos tentar colocar o que for possível de dinheiro em circulação no mercado para que a gente possa ver a nossa indústria crescer. Primeiro, ver vocês voltarem a vender, ou seja, que as pessoas não passem apenas passeando ou olhando os preços; que as pessoas possam comprar e, comprando, a indústria vai produzir mais; e a indústria produzindo mais, certamente nós estaremos chegando ao que queremos, que é a geração de empregos.

Vejam, na política tributária nós estamos trabalhando para desonerar a cesta básica, porque do jeito que é hoje não é justo uma pessoa pagar imposto no feijão ou no leite. Às vezes, o leite é tratado como se fosse uísque. Eu, particularmente, não tenho nada contra o uísque, se ele for bebido moderadamente, mas a contribuição sobre o valor agregado é mais justa porque recai sobre a margem que é a mínima, no caso dos alimentos



essenciais. Por isso é que nós queremos desonerar a cesta básica e isso certamente vai baratear os alimentos.

Meus amigos e minhas amigas, o que eu quero enfatizar aqui, de qualquer forma, não é um catálogo de ações, mas um método, uma filosofia de compromisso entre o governo e a sociedade, para realizar as grandes transformações que o país requer, que o nosso povo espera há tanto tempo.

O Brasil tem cinco séculos de injustiças acumuladas na vida da maioria da população mais pobre. Chegamos ao limite, ninguém pode mais dizer que “não é comigo”. A fatura das oportunidades negadas e das esperanças perdidas é nossa, de todos nós. Por isso, começamos pelo mais urgente, pelo que não podia e não pode esperar, pelo inadiável: pelo combate à fome.

O poder transformador dessa batalha é imenso. Para construirmos uma verdadeira nação é preciso acreditar que o futuro pode sempre ampliar os limites do presente, pode ser muito mais justo para que, dentro dele, caibam todos os filhos desta Terra, porque somente assim ela será, cada vez mais, uma pátria amada e gentil.

Estamos juntos nessa empreitada. Parabéns Abras e parabéns às delegações estrangeiras aqui presentes.

/rss/cms